



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150579 - CE (2021/0226028-5)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : GABRIEL RIBEIRO CABRAL (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
CORRÉU : LUIZ GUSTAVO VARELA DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por GABRIEL RIBEIRO CABRAL contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (0625658-03.2021.8.06.0000).

O recorrente foi preso preventivamente como incurso, em tese, no delito tipificado no art.155, §4º, do Código Penal.

Sustenta que “estando o réu preso há 1 (um) ano e 2 (dois) meses, sem ter sido iniciada a instrução processual, tem-se como configurado o excesso de prazo para a formação da culpa”.

Requer a concessão da liminar a fim de que seja determinada a imediata liberdade do recorrente, com a expedição do competente alvará de soltura para que possa melhor se defender até o final da ação penal. No mérito, pugna seja o presente recurso conhecido, processado e, ao final, provido para reformar o acórdão atacado, confirmando a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da decisão impugnada:

EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 155, §4º, IV DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. DEMANDA DENTRO DO LIMITE DA RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRESENTES OS REQUISITOS DA PRISÃO CAUTELAR. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ACUSADO POSSUI OUTRAS AÇÕES CRIMINAIS, INCLUSIVE UMA CONDENAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 52 DESTA CORTE. MEDIDAS CAUTELARES. IMPOSSIBILIDADE. PACIENTE BENEFICIADO ANTERIORMENTE E

*DESCUMPRIU AS MEDIDAS. HABEAS CORPUS
CONHECIDO. ORDEM DENEGADA.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência